

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA PEQUENA PRODUÇÃO ARTESANAL DO SÍTIO
HISTÓRICO DE OLINDA,

Maria Geane Bezerra da Silva (UFPE)

A Organização Sócio-espacial da Pequena Produção Artesanal do Sítio Histórico de Olinda,

Resumo

Apresentamos uma análise dos dados levantados pelo mapeamento da pequena produção artesanal do sítio histórico de Olinda. No início a pesquisa foi direcionada ao contato com instituições que mantêm cadastros de artesãos e promovidas reuniões e entrevistas com profissionais atuantes no setor para obter informações preliminares a fim de elaborar um questionário a ser aplicado junto aos artesãos para traçar um perfil das unidades produtivas. A constatação da precariedade dos dados estatísticos institucionais e a ausência de pesquisa sistemática sobre a pequena produção, de um modo geral, e sobre o artesanato, de modo particular, reforçaram a certeza da necessidade do mapeamento. Ainda mais ao levar em conta que ainda é muito incipiente o conhecimento sobre a localização e o estágio de desenvolvimento dos agrupamentos produtivos no Brasil, particularmente, no Nordeste. Pensando assim, enfocamos a diversidade do universo pesquisado e apontamos para o fator proximidade e para a densidade comunicacional como potencialidades de integração, por um lado, e para a falta de estratégia coletiva de produção, de mercado e de articulação político-institucional enquanto obstáculos e desafios às possibilidades de formação de arranjos produtivos.

Introdução

A análise que se segue é, por assim dizer, um subtrato metodológico para construção do projeto de tese sobre a organização sócio-espacial da pequena produção artesanal do sítio histórico de Olinda, cuja preocupação central é compreender o fenômeno das aglomerações de empresas no contexto cultural de Olinda. Uma compreensão adequada dessa questão pode contribuir para o aprimoramento de ações em prol da melhoria da produtividade do setor e das estratégias de desenvolvimento local, haja vista as potencialidades favoráveis no que se refere à existência de uma população de artesãos, de uma densidade considerável de unidades produtivas artesanais e de um ambiente cultural e turístico favorável ao desenvolvimento local, em confronto com a falta de organização institucional e de modelo de desenvolvimento.

Foi apontado como objetivo síntese mapear e identificar unidades produtivas artesanais no sítio histórico de Olinda, visualizando as possibilidades de formação de arranjos produtivos locais. Pode parecer bizarro colocar a produção artesanal no contexto das aglomerações de empresas, mas estamos defendendo que, na falta de parâmetros e de modelos para se estudar a organização da produção não industrial, os modelos referentes à organização da produção industrial podem ser adaptados respeitando-se a escala e a natureza da atividade e que a produção não industrial pode se beneficiar dos avanços metodológicos, das discussões e das estratégias relacionadas às inovações presentes nos modelos aglomerativos industriais.

Constatamos que existe uma concentração de artesãos, uma densidade considerável de unidades produtivas artesanais e um ambiente cultural e turístico favorável ao desenvolvimento local, mas não existe nem organização institucional nem modelo de desenvolvimento que favoreça o aumento da produtividade e o crescimento sustentado do setor. É aí que queremos interferir de modo analítico já que a partir da leitura da diversidade do universo pesquisado e da abordagem da integração horizontal e vertical foi constatado que existe enraizamento da atividade no território e foram encontrados indícios da existência de cooperação entre as unidades produtivas.

Nos detemos no entendimento dos elementos estruturantes comuns a todos os casos exitosos de arranjos coletivos, apontados por Jair do Amaral Filho, quais são: capital social, estratégia coletiva de organização da produção, estratégia coletiva de mercado e articulação político-institucional. Segundo o autor esses elementos aparecem articulados em todos os casos. O

modelo dos arranjos produtivos locais foi, portanto, a base teórica com o qual fomos a campo e que esteve subjacente à tabulação dos dados e à análise que se segue.

A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PEQUENA PRODUÇÃO ARTESANAL DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA: Diversidade e Riqueza Encobertas

1. Diversidade Técnica do Universo Pesquisado

O mapeamento das unidades produtivas artesanais do Sítio Histórico de Olinda, somando 129 entrevistas com artesãos evidenciou a grande diversidade do universo pesquisado. Considerando-se o material base foram identificados 23 tipos mais usados, dentre outros. Do ponto de vista técnico foram classificadas 19 atividades, subdivididas em 69 tipos de técnicas empregadas na produção de um número significativo de objetos, como se pode verificar nas tabelas 01 e 02, abaixo.

Tabela 01: Material Base

Código	Alternativa	Freq.	Resp. %	Casos %
1	Palha	9	2,6	7,0
2	Madeira	54	15,3	41,9
3	Metal	23	6,5	17,8
4	Papel	21	6,0	16,3
5	Tecido	58	16,5	45,0
6	Argila	10	2,8	7,8
7	Pedra bruta	3	,9	2,3
8	Fio/linha	48	13,6	37,2
9	Couro	12	3,4	9,3
10	Fibra	8	2,3	6,2
11	Plástico	18	5,1	14,0
12	Vidro	6	1,7	4,7
13	Emborrachado	3	,9	2,3
14	Resina	4	1,1	3,1
15	Gesso	3	,9	2,3
16	Pedraria	28	8,0	21,7
17	Telha	1	,3	,8
18	Tela	11	3,1	8,5
19	Semente	10	2,8	7,8
20	Quenga de coco	4	1,1	3,1
21	Pedras preciosa e semi-preciosa	2	,6	1,6
22	Pó-de-serra	1	,3	,8
23	Cabaça	1	,3	,8
98	Outros materiais	14	4,0	10,9
	Total resposta	352	100,0	272,9

Total de casos válidos 129

OBS.: Outros materiais: Carrasqueira de coqueiro, cartão, CD's, cimento mole, disquetes, durepox, eucatex, folha de ouro, folhas/flores desidratadas, isopor, lonita, palitos, papelão, porcelana.

Observa-se na tabela 02 que o setor artesanal de Olinda possui um quadro ocupacional bastante variado. Podemos acrescentar que, também, bastante flexível. Tivemos muita dificuldade em enquadrar os artesãos em um só ofício. Aliás, não o conseguimos. Um exemplo típico se dá em relação à manutenção e restauro versus escultura. Quando não aparece trabalho para o mestre de cantaria, mestre pedreiro, mestre carpinteiro etc. na manutenção dos edifícios e no restauro de altares e igrejas, eles se tornam escultores ou entalhadores. Outro exemplo se dá quando o artesão observa o escoamento favorável de determinado produto, seja talha, bijuteria em sementes ou outro produto qualquer, e passa a produzir além da sua atividade habitual o produto que tem mais saída. Isto pode ser observado nitidamente no Alto da Sé, onde um artesão pode trabalhar na confecção de jóias artesanais e, ao mesmo tempo, entalhar casarios e igrejas na casca do cajueiro porque os turistas compram mais essas peças. O que se quer, aqui, é chamar atenção para as possibilidades de combinações e para a capacidade de adaptação às oportunidades, ou às saídas, criadas para condições favoráveis ou adversas que as práticas sociais envolvem. Essas circunstâncias criam um meio geográfico impuro, adaptável, instável e rico em criatividade. (SANTOS, 1997). Mais: conduzem a uma grande versatilidade no trabalho e adaptação a atividades extremamente mutáveis. Ao estudar esta extrema mobilidade dos pobres da cidade, Milton Santos chamou-a de “flexibilidade tropical”. (SANTOS, 1991).

Tabela 02: Classificação dos Ofícios

	Técnica	Tipo	Produto
1	Arte de trabalhar papel	Cartonagem e encadernação	Álbun, bloco, agenda
		Origame	Arte decorativa em dobradura de papel
2	Bijuteria	Em crochê	Acessórios e bijouteria artesanal
		Em material reciclado	
		Em pedraria	
		Em sementes	
		Em tear	
3	Bordado	Pedraria	Bordado em acessórios e em vestuário
		Ponto cheio (à mão)	Bordado em vestuário, em acessórios e em utensílios de cama, mesa, banho e estar
		Ponto Cruz	
		Rechilieux	
		Vagonite	
4	Colagem	Découpage	Objetos de decoração e utilitários com aplicação de figuras
5	Confecção de instrumentos musicais	Instrumentos de percussão	Berimbau
		Instrumentos de sopro	Ocarina
6		Aproveitamento de retalhos	Vestuário em retalho e utensílios de

	Técnica	Tipo	Produto
	Costura	Patchwork	cama, mesa e estar
		Confecção	Vestuário, utensílios de cama, mesa, banho e estar, acessórios, fantasias, adereços e bonecas de pano
		Fuxico	Vestuário, acessórios, utensílios de cama e estar
7	Escultura/ Modelagem	Biscuit (porcelana fria)	Arte decorativa em geral
		Em arame	Mandalas, bonecos, móveis, luminárias.
		Em argila	Cerâmica, arte decorativa e utilitária
		Em madeira	Arte decorativas de animais, de vegetais, lúdicas e imagens sacras
		Em papel machê	Máscara, mamulengo e boneco gigante
		Em pedra	Imagens sacras, estatuetas figurativas e arte decorativa
		Em pó-de-serra	Arte sacra barroca
		Em durepox	Arte decorativa em geral
8 8	Escultura/Molda	Em cabaça/coité	Boneca e arte decorativa
		Em gesso	Arte decorativas de animais, de vegetais, lúdicas, imagens sacras e marionetes
		Em isopor	Máscara, bonecos, adereços e alegorias
		Em resina	Arte decorativas de animais, de vegetais, lúdicas e imagens sacras
		Em cimento mole	Painéis esculpidos em cimento mole
		Em palha, bucha vegetal e concha	Boneca e arte decorativa
		Em papelão	Boneca e arte decorativa
9	Estamparia artesanal	Aquarela	Estampa em vestuário, acessórios
		Batik	Estampa em banners, vestuário, acessórios e utensílios de cama, mesa e estar
10	Impressão	Serigrafia	Camisetas e quadros, faixas e cartazes em plástico, tecido, papel e azulejo

	Técnica	Tipo	Produto
		Xilogravura	Gravuras em: vestuário, acessórios e objetos decorativos
11	Marcenaria/ Carpintaria	Movelaria	Mobiliário em geral e réplicas de móveis antigos
		Alegoria	Carros alegóricos e alegorias de mão
12	Ourivesaria	Joalheria artesanal	Jóia artesanal
13	Pintura	Em cerâmica (vitrificada ou fria)	Objetos de decoração e utensílios para o lar
		Em porcelana	
		Em madeira	Quadros
		Em tecido	Vestuário, acessórios, utensílios de cama, mesa e estar
		Em tela	Quadros
		Em telha	Arte decorativa em geral
		Grafiteagem	Camisetas
14	Reciclagem	Cestaria em jornal e em papel de biscoito	Objetos decorativos, utensílios para o lar e acessórios
		Costumização	Renovação de roupas usadas com aplique, bordado em linha e pedraria, e pintura
		Garrafa Pet	Objetos decorativos e brinquedos populares
		Lacre de lata de cerveja e refrigerante	Vestuário, acessórios e cortinas
		Papel	Folhas de papel
		Papietagem	Boneco
		Quenga de Coco	Acessórios e objetos de adorno
15	Restauro	De madeira	Restauração de imagens, de altares, de móveis e de peças antigas
		De pedra	
16	Talha	Em alto relevo	Objetos de decoração, quadros, móveis, molduras e letreiros
		Em baixo relevo	Arte sacra e quadros
		Em casca de cajá	Casarios e igrejas
		Vasada	Objetos de decoração e quadros
17	Tapeçaria	Tela garça com lã	Utensílios de cama, mesa e estar
18	Tecelagem	Manual	Utensílios de cama, mesa e estar

	Técnica	Tipo	Produto
19	Trançado	Crochê	Vestuário, acessórios, revestimentos para utensílios do lar, utensílios de cama, mesa, banho e estar
		Macramé	Vestuário, acessórios e objetos de adorno

2. Proximidade Territorial e Densidade Comunicacional

A solidariedade dessas mutações se recria no lugar refazendo o próprio conteúdo relacional do espaço. O *fator proximidade*, pode ser visto como determinante da ampliação das chances de integração. Em Olinda, basta uma pessoa subir ou descer uma ladeira e já se encontra na casa, no ateliê, ou na oficina da outra. A proximidade garante a comunicação entre os artesãos, que guardam entre si a percepção clara das situações vividas, resultando em afinidades e comunhão de interesses conscientes ou não. A “sua condição de lugar do acontecer solidário”, no dizer de Santos (1997), criando condições para práticas “intersubjetivas” e “transindividuais” é um trunfo. As próprias “forças de inércia”, representadas pela configuração territorial e pela rigidez da legislação dos sítios históricos, restritiva e limitante, colaboram nesse sentido bloqueando entradas de racionalidades hegemônicas, emergência de espaços “particularizados”, por um lado, e favorecendo a criação de relações horizontais por outro. Quer dizer, esse meio ambiente sócio-espacial, insubordinado e impassível a determinados comandos, mantém uma regulação interna propícia à criação de uma densidade comunicacional que, por sua vez, favorece a intersubjetividade e a interação. É nessa esfera comunicacional, à qual nos referimos com Santos (1997), que os artesãos de Olinda são privilegiados.

Chamamos atenção para o potencial de integração horizontal, dada a proximidade territorial, já que a integração vertical, representada pela proximidade organizacional, tão em voga a partir dos mecanismos de tecnologia, informação e telecomunicações – TI&T, não encontra oportunidades de instalação a partir do universo pesquisado. É que os níveis de acesso à informação e telecomunicações são muito reduzidos: 83,7% dos entrevistados não possui e-mail e 9,3% não possui nenhum tipo de telefone. Os que estão na melhor situação, isto é, possuem telefones residencial, comercial e/ou celular, perfazem 45,0% dos casos. Destacamos as situações intermediárias - possui apenas celular (14,0%) e apenas telefone residencial (31,8% - que somadas totalizam 45,8% dos casos. Esta situação repercute diretamente no grau de isolamento ou integração com o mercado, tanto em termos de entrada, ou seja, aquisição de

insumos e de material para produção, como em termos de saídas, seja no relacionamento com o consumidor, ou com o intermediário, mais ou menos próximos, seja com as redes ou instituições mais distantes. A negação do acesso aos instrumentos de comunicação os coloca numa situação de isolamento relativo, já que se trata apenas do isolamento vertical.

3. Diversidade Segundo Faixa Etária e Tempo na Profissão

A análise das tabelas relacionadas à faixa etária e ao tempo na profissão revela que se trata de uma atividade consolidada para muitos artesãos e que existe envolvimento inter-gerações.

A Soma das faixas etárias de 25 a 45 anos abrange 59,7% dos entrevistados, sendo que a faixa dos 36 a 45 anos apresenta o maior percentual de artesãos em atividade, indicando a participação do artesanato no sustento das famílias. Ainda mais levando-se em conta que, nesta faixa, também se encontra a maioria dos chefes. Observamos que 55,8% dos entrevistados são do sexo masculino. Isto contradiz a tendência geral, no Brasil, que aponta a atividade artesanal como mais feminina que masculina. Entretanto nota-se que, em Olinda, a despeito da maioria ser masculina, ela não é sexista, já que a diferença percentual entre homens e mulheres, na atividade, é de apenas 11,6%.

Interessante é comparar a diversidade das faixas etárias com a das faixas de tempo na atividade. As diferenças percentuais não se distanciam muito umas das outras. Constata-se, desse modo, que há envolvimento inter-gerações, por um lado, dado que 7,8% dos jovens, entre 16 e 25 anos, participa da atividade, podendo essa participação ser aumentada. Por outro lado, o percentual de novatos na atividade – somando-se de 0 a 05 anos tem-se 19,4% dos casos – indica que essa parcela pode interagir com os veteranos - de 06 a 20 anos e mais (80,6% dos casos). Destacando-se que 38 % na profissão, decorridos mais de 20 anos, engloba o maior percentual.

4. Formação de Núcleos Produtivos

A partir da abordagem teórica e da identificação e mapeamento das atividades produtivas apontamos para formação de 05 núcleos produtivos. As variáveis consideradas para forjar uma certa homogeneização produtiva ou afinidade entre os tipos de técnica dando como resultado a formação de núcleos foram: material base e técnica utilizada na produção, bem como ferramentas e equipamentos, além da consideração do impulso para alcançar outro

patamar produtivo revelado pelas ferramentas ou equipamentos mais adequados ao trabalho que gostariam de utilizar. Os agrupamentos são os seguintes: 01) Núcleo Produtivo Têxtil; 02) Núcleo Produtivo em Marcenaria e Carpintaria Artística; 03) Núcleo Produtivo em Arte de Trabalhar Papel e Reciclagem; 04) Núcleo Produtivo em Ourivesaria, Bijuteria e Arte em Metal e 05) Núcleo Produtivo em Pintura e Esculturas Diversas.

Supomos que esses núcleos apresentam possibilidades de evolução para arranjos. A vantagem é que podem ser formados de maneira planejada e não ao sabor do vento ou da “mão invisível” prejudicando, às vezes, o meio ambiente social e físico. O número de unidades produtivas corresponde ao número de artesãos entrevistados que foram alocados em cada núcleo. No núcleo 01 – 46 artesãos, no núcleo 02 – 36 artesãos, no núcleo 03 – 16 artesãos, no núcleo 04 – 13 artesãos e no núcleo 05 – 17 artesãos. Estes números podem crescer, dependendo das associações para o trabalho, ou seja, da contratação de temporários ou da entrada de ajudantes familiares que não foram entrevistados. O exame da tabela 9 confirma esta suposição.

Dos 129 artesãos entrevistados, metade respondeu que trabalha só, mas a outra metade se dividiu entre aqueles que trabalham com familiares (29,5%), aqueles que trabalham, às vezes, com equipe (14,7%) e aqueles que trabalham sempre com auxiliares (5,4%).

Outro dado importante é que 89,9% dos entrevistados respondeu que conhece outros artesãos de Olinda, mencionando nome, o tipo de artesanato que fazem e dando referências de como encontrá-los. Isto indica que o número de artesãos existentes é bem maior. É verdade que houve repetições, no entanto as respostas revelam que ainda se tem muitos dispersos a encontrar. Desse modo, Olinda aparece como um espaço não “colonizado pelas técnicas modernas”. (SANTOS, 1997, p. 244). Isto é, a densidade técnica, em Olinda, foge à racionalidade dominante e impõe um modo de fazer e refazer que comanda de baixo.

5. Estratégia Coletiva de Organização da Produção

Usufruindo certa liberdade em relação aos modelos e experiências consagradas, passamos a investigar sobre os elementos estruturantes comuns a todos os casos exitosos de arranjos coletivos, apontados por Jair do Amaral Filho (2002), quais sejam: capital social, estratégia coletiva de organização da produção, estratégia coletiva de mercado e articulação político-institucional. Segundo este autor esses elementos aparecem articulados em todos os casos.

Pensamos que agrupando as unidades produtivas em redes e arranjos coletivos e estimulando a cooperação, a partir das possibilidades encontradas, poderíamos estimular a melhoria das condições de trabalho e de rendimento, bem como de suas articulações no aglomerado olindense.

A prática da estratégia coletiva de organização da produção é quase inexistente, em Olinda, considerando-se que a grande maioria (83,7%) compra material base sozinha; apenas 15,5% compartilha o uso de equipamentos e ferramentas; 76,7% trabalha em casa, contra 16,3% que trabalha em oficinas, 50,4% trabalha sem equipe; nenhum artesão dispõe de assessoria para desenvolver novos produtos e 69,8% nunca recebeu nenhum tipo de capacitação.

Vamos nos deter agora em cada uma das alternativas citadas para aprofundar o conhecimento sobre o isolamento e a integração na produção. Todas as alternativas acima evidenciam que existem graus de isolamento acentuados. Porém, examinando-se as frações que compõem os quadros de respostas, verifica-se que também existe integração, em grau médio e baixo. Constatamos um grau acentuado de isolamento na compra de material e na opção por trabalharem em casa ao invés de organizarem-se em oficinas. Essa ausência de associativismo em torno de um objetivo comum, por sua vez, reduz a capacidade de criação de recursos tanto para contratação de acessória para desenvolvimento de novos produtos como para contratação de cursos de capacitação, resultando em baixa produtividade e em baixo nível de acabamento das peças, com algumas exceções. Por outro lado, observamos que somente a metade dos entrevistados declarou que trabalha só. A outra metade trabalha com auxiliares e familiares (5,4%) e às vezes em equipe (14,7%). Nestes casos constata-se uma abertura para uma integração com a comunidade sendo que 29,6% restringe-se à relação de âmbito familiar. Se combinarmos esta situação com a obtida acerca da disposição em repassar o saber, reforça-se a certeza da disposição para a cooperação entre eles, já que 79% respondeu que repassa ou tem disposição para repassar o saber, sendo a maioria para aprendizes. Por aprendiz entenda-se qualquer pessoa interessada e não especificamente um menor.

5.1. Integração na Produção

Sendo assim, acreditamos na existência de um grau médio de integração que poderá ser ampliado e na existência de um grau mais reduzido, mas que traz em si sementes de

possibilidades: 13,8% já compra material em grupo; 17,8% pratica alguma forma de cooperação na utilização de equipamentos e ferramentas, sem contar que foram detectadas ainda duas formas de pressão que podem levá-los a juntar-se em oficinas. Uma é de ordem física e a outra de acordo com o nível de consciência da necessidade de capacitação.

5.1.1. Pressão de Ordem Física

A pressão de ordem física se dá por falta de instalações adequadas ao trabalho resultando em perda do bem-estar doméstico que, às vezes, já é precário. Muitos trabalham em locais pouco iluminados e arejados, e armazenam material e produção em compartimentos inadequados ou destinados, em princípio, às funções do lar. Quando perguntamos se possuíam lugar para armazenar material e produção, os que responderam sim (71,3% dos casos), logo a seguir completaram a resposta dizendo que armazenavam no quarto (28,3%); pela casa toda (15,2%); em um móvel da casa (12,0%); na sala (8,7%) etc.

5.1.2. Pressão de Acordo com o Nível de Consciência da Necessidade de Capacitação

A pressão de acordo com o nível de consciência da necessidade de capacitação acontece porque, no fundo, eles sabem que se associando, cada um pode aprender mais, melhorar o seu desempenho profissional e obter mais lucro e mais qualidade de vida. A esse respeito vamos adicionar algumas declarações dos artesãos, retiradas do vídeo sobre a exposição “Escola Livre, Olinda e Arte, na ocasião da V edição do projeto Olinda, Arte em Toda Parte, promovido pela prefeitura.

“Eu conheço muitos artesãos em Olinda, mas eles nunca se juntam para debater a questão do seu material, do teu produto com o meu produto. E aqui a gente teve essa união, a gente chegou a esse objetivo de trocar essa experiência de um trabalho com o outro.” (Pel de Olinda).

“Muitos artesãos que fazem parte da Escola Livre eu não conhecia, pessoas daqui da cidade e eu nascido também aqui na cidade e eu não tinha esse convívio. É uma experiência boa, muito boa” (Neco de Olinda).

“É você ter a oportunidade de conhecer outras pessoas, outras artes, as coisas que elas produzem. Para mim o mais interessante é isto: a gente estar aprendendo um pouco e também estar passando o conhecimento.” (Fátima Nunes).

“A gente ter uma troca de conhecimento, a gente aprecia o trabalho do outro, ele aprecia o trabalho da gente, a gente fica aprendendo mais um pouco, conhece pessoas diferentes, são mentes diferentes.” Uma coisa boa. (Alexandre Batista).

“A gente ensina ao outro. Tanto ensina como ajuda, assim, ou ajudar para terminar, ou trocar material...” (Maria dos Anjos).

“Também, eles dão uma opinião quando a gente está fazendo uma peça: fica melhor assim, fica melhor assim... aí é melhor trabalhar em grupo do que trabalhar sozinho” (João Rodrigues).

“Sozinho a gente às vezes perde o estímulo de fazer, e chega até em pensar em desistir. Então quando se está trabalhando em grupo, em conjunto, a gente levanta mais a nossa auto-estima e dá vontade de produzir mais e aperfeiçoar o nosso trabalho”. (Marcos Aurélio).

Ao mesmo tempo eles sabem que poderiam, com esforço, ascender a um outro patamar técnico. Duas questões confirmam isto: uma se refere ao uso de equipamentos e ferramentas e a outra ao curso que gostariam de fazer para melhorar sua atividade. No que concerne às ferramentas e aos equipamentos os artesãos citaram em primeiro lugar aquelas que utilizavam em seu trabalho, normalmente ferramentas simples e equipamentos imprescindíveis, mas a seguir mencionaram ferramentas e equipamentos mais “sofisticados” que gostariam de utilizar, indicando que desejam estar em outro patamar produtivo. Eles sabem que para viabilizar esse desejo é necessária a existência de recursos. Neste caso, não se trataria apenas de abertura de linhas de crédito, como se poderia pensar. Adiantamos que a ênfase deve ser dada aos meios para aquisição de recursos gerados com a elevação da produtividade. A estratégia coletiva de organização da produção está intrinsecamente ligada à estratégia coletiva de mercado. São as possibilidades relacionadas a essa estratégia que abordaremos a seguir.

6. Estratégia Coletiva de Mercado

Trata-se de uma estratégia extremamente importante para o sucesso e crescimento sustentado do núcleo. Dela depende o escoamento da produção que, em Olinda, se dá basicamente em galerias e em associações, por consignação; em barracas e lojas, como no Alto da Sé; em mercados, como os da Ribeira e o Eufrásio Barbosa, e nas próprias residências dos artesãos. A esse respeito lhes perguntamos se vendiam apenas os seus produtos. 71,3% respondeu que sim, diferente do percentual de 28,7% que vende também produtos de amigos. Alguns

vendem seus produtos apenas em casa (15,5%); ou em feiras livres (14,7%), ou ainda em oficina/ateliê e em casa, etc.

Isto demonstra que eles circulam livremente no local, construindo relações e fazendo pequenos negócios. Porém as relações nem sempre são satisfatórias. Talvez o excesso de circulação para todos os lados seja explicado pela ausência da colocação em prática de uma estratégia que satisfaça ambas as partes, principalmente em se tratando de consignação. Muitos se queixam da demora em receber o dinheiro ou de não ter o seu endereço informado ao turista, supondo que este poderia procurá-lo em casa, se soubesse. São pequenos problemas que poderiam ser negociados se houvesse mais desenvoltura por parte do artesão e ele não se sentisse tão desaparelhado para comercializar. Tanto é verdade que 93,8%, deles, respondeu que gostaria de fazer algum curso para melhorar a sua atividade, sendo o curso de comercialização o mais citado.

Essa falta de capacidade para negociar está também relacionada à dúvida sobre o seu reconhecimento e valorização externos. Quando interrogamos se se sentem valorizados como profissionais 67,4% respondeu não. A maioria atribui a falta de valorização à própria atividade artesanal (24,1% das respostas), aparecendo em segundo lugar o fato do comprador regatear o preço da peça na hora da compra (20,4% das respostas). A estas seguiram-se outras razões.

Reiteramos que a estratégia de mercado depende da estratégia de produção. A falta de capacitação para entender as regras do mercado e aplicar as informações obtidas na melhoria da produção é crucial para o artesão. As demandas do “comércio justo”, por exemplo, os induzem a tentar obter ganhos de escala. Será que seria o caso, em se tratando de uma atividade por natureza livre, natural, rotineira, estática e sustentada por princípios de “dignidade, mérito e honra” de que fala Max Weber? (Bauman, 2003). Para atender à demanda teriam que produzir como em linha de montagem. Sem máquina é claro. Isto exigiria muita criatividade, muito trabalho e um preparo imensos, além do risco da despersonalização das peças. Ora, a despersonalização é uma afronta para o artesão. Produzir de maneira massiva não se aplica a todas às técnicas. Nesse momento, tanto a estratégia coletiva de produção quanto à de mercado teria que levar em conta a natureza da atividade e do artesão e, respeitando-as, trabalhar pela construção de uma consciência coletiva a partir do cotidiano do lugar e do nível de consciência de quem vivencia esse lugar e exerce uma

atividade que se encontra, relativamente na contramão da massificação do mercado. O esforço seria aplicado no conhecimento e na valorização do próprio grupo, daí partindo para alcançar as instituições de apoio e depois níveis de mercado: local, regional, nacional e internacional. Seria não esquecer a natureza da oferta e, sem descaracterizá-la, ir quebrando as barreiras impostas pela cultura de massa. Nisto a articulação político-institucional poderia ser uma grande aliada.

7. Articulação Político Institucional

Aqui, o debate pode tornar-se bastante intenso. Será que as instituições e a consciência política estariam aptas a incorporar os anseios dos artesãos? Será que os grupos de artesãos, profundamente descompromissados com o padrão de acumulação e desenvolvimento vigentes se capacitaria para atrair a atenção político-institucional? Tudo dependeria do estágio de desenvolvimento do capital social, olhando-se para o que existe no presente, para aquilo que existiria, mas não foi potencializado, e para aquilo que existirá se for tentado. O capital social se definiria pelo “acumulo de compromissos sociais construído pelas interações sociais em uma determinada localidade”. (Amaral Filho, 2002). Três elementos apareceriam como resultado: a confiança, normas e cadeias de relações sociais, sendo a confiança o principal aspecto, diz o citado autor. Vamos examinar agora o que existe em termos de confiança envolvendo a comunidade e as instituições. Ao perguntarmos com que tipo de organização eles mantinham relacionamento, as respostas nos deram uma idéia do isolamento em que se encontram.

Esse isolamento se traduz pela ausência de movimento, do lado das instituições para vê-los e pela ausência de organização e de construção de relações sociais para o seu próprio fortalecimento para se mostrarem. Não se trata aqui de procurar culpados, mas de debater sobre co-responsabilidades. É muito forte a tentação de debruçar a cabeça no ombro do Estado provedor. Porém, como temos pouco Estado nossa responsabilidade é maior, não é jogo de palavras. Pensamos que se houver co-responsabilidades haverá correspondência e vice-versa. Se por um lado o apoio das instituições é quase inexistente, por outro, os artesãos não procuram manter relações com as organizações: porque não procuram, por falta de interesse, por falta de informação, porque têm medo de se relacionarem e assim por diante.

Junte-se a tudo isto o descrédito e a falta de confiança nas lideranças e nas instituições. A esse respeito é bem ilustrativo um problema levantado junto aos artesãos do Alto da Sé e do

Mercado da Ribeira: Os artesãos mais conscientes do seu papel no desenvolvimento local se queixam da subordinação do setor à secretaria de planejamento municipal. Eles alegam que seria melhor e se sentiriam mais valorizados se estivessem vinculados à Secretaria de Cultura e Turismo já que exercem uma atividade tipicamente cultural. Encarados como tal participariam das políticas positivas. Mas ao contrário, sentem-se tratados como um problema apenas de controle urbano, sem diferenciação de qualquer atividade meramente informal. Quando são chamados à Prefeitura, invariavelmente, é para tratar de localização de barracas e de ameaças, às vezes consumada, de perda do local de venda, não de políticas de melhoramento da atividade. Ultimamente, encontram-se prejudicados pela instalação de lojões de vendas de artesanato, que vendem produtos de várias regiões e, segundo depoimento de alguns, é para onde convergem as benesses. Os artesãos resistem a duras penas à desvalorização por parte das agências de turismo e, em conseqüência, à chantagem dos guias turísticos que exigem dez por cento das vendas dos produtos e só conduzem os turistas aos lugares-chave. Isto prejudica o relacionamento do artesão com o turista. Este quer conhecer os costumes e comparar as diferenças culturais em contato direto com os artistas e com as suas obras. Este relacionamento é muito prezado pelo artesão que vê na explicação do produto a condição para angariar reconhecimento e valorização. No mercado da Ribeira ouvimos a mesma queixa com a diferença que eles apontam a preferência dos guias pela Sé. Mas não é pela Sé como um todo, sabemos que é basicamente pelos “casarões”. Concluimos, portanto, que a falta de sensibilidade é gritante por parte do poder público. Porque riqueza bem distribuída gera mais riqueza. Por outro lado, como os artesãos encontram-se enfraquecidos, em termos de desenvolvimento solidário e de níveis de organização, permanecem presos num labirinto sem saída imediatamente possível.

Mas tudo isto tem solução considerando-se os estágios e vendo-os como processo. Ao contrário do que fala Krugman, citado por Jair do Amaral Filho, a passagem de núcleos produtivos para estágios complexos de arranjos não seria um “acidente histórico”, nem algo misterioso se existisse um planejamento envolvendo instituições de apoio, começando por aquelas situadas próximas aos núcleos, como prefeituras e universidades, juntamente com as comunidades, trabalhando em prol do desenvolvimento local e regional. Desse modo seriam tecidas as redes quase que naturalmente. Porque existe interdependência teria que haver solidariedade. Esta otimizaria o diálogo entre as técnicas mesclando os períodos. Aqui defendemos que o uso de ferramentas ou de equipamentos adequados ao trabalho e a elevação de produtividade, com o cuidado de não descaracterizar a natureza da atividade, seria muito

valeroso para a melhoria da qualidade de vida do artesão. Instituições de apoio como universidades poderiam desenvolver projetos inovativos neste sentido, criando até novos ofícios. Talvez este ponto de vista seja estranho para alguns, mas nós temos a clareza de que estamos tratando de pequena produção artesanal como pequena porque ela é assim, agora. Não significa que não será grande um dia. De resto, a pequena escala pode ser avaliada em termos qualitativos também. É apenas um conceito geral com muitas facetas e nuances, examinada de per si.

A ausência de relacionamento com as instituições ou com organizações em 78,7% dos casos, em média, denota a falta de iniciativa neste sentido por parte dos artesãos, por um lado, e a inércia institucional em busca de políticas inovadoras, por outro. Quando a relação acontece, ainda que de modo incipiente, satisfaz de alguma maneira. Dos 36 artesãos que mantêm relações com organizações, 66,7% se diz satisfeito pelas vantagens que desfrutam na divulgação do trabalho, na troca de experiências, no acesso a informação etc. O percentual que não está satisfeito afirma justamente que a organização não oferece as citadas vantagens. Quando se fala de relações com as instituições de crédito, a ausência é quase absoluta. 90,7% dos entrevistados respondeu que não tem acesso a nenhum tipo de crédito.

No entanto, gostariam de obter crédito. Pensamos que este assunto deveria ser discutido com cuidado. O crédito não pode estar desvinculado das estratégias individuais e coletivas de produção e de mercado sob pena de piorar ainda mais a situação financeira já precária de muitos.

Considerações Finais

No relatório completo esboçamos uma interpretação alternativa do tema desenvolvimento apresentando alguns debates atuais e algumas políticas correlatas, em processo de implementação no Brasil. Esteve subjacente à nossa análise a preocupação com o resgate da sintonia da academia com os problemas de milhares de brasileiros, ao focar as possibilidades de desenvolvimento da atividade artesanal. Defendemos o papel da escala local para o desenvolvimento e tratamos da incorporação das definições de aglomerações produtivas à literatura econômica espacial e à política nacional. Tentamos não seguir o caminho que conduz os cientistas, hoje, aos resultados apenas objetivos em detrimento da

reflexão sobre o valor da vida humana e daquilo que deve ser feito para o êxito do bem-estar. Reflexão de um lado e pragmatismo do outro têm conduzido a ciência ocidental à crise paradigmática á qual assistimos. Apesar de chegarmos a tal ponto, certamente ainda é tempo de voltar à preocupação em fazer leituras da realidade com o rigor filosófico necessário ao enfrentamento dos problemas como eles se apresentam, ou seja, com a compreensão do poder que a ciência tem para resolver problemas. Não se trata apenas de uma ciência aplicada, mas de uma ciência compromissada em cooperar, em interagir com a dimensão cotidiana da vida, para minimizar, com seu vasto instrumental, as aflições e as dores.

A possibilidade de estruturar núcleos produtivos locais a partir do material encontrado nos leva a indagar sobre como intervir sem descaracterizar o processo de criação, mas, ao contrário, promover o acesso às tecnologias adequadas à elevação da produtividade, ao desenvolvimento sustentado da atividade e à utilização de inovações para diferenciação dos produtos redundando em mais valorização. Elementos de identificação do produto e de suas referências culturais conduzem à valorização pelo mercado ávido por produtos diferenciados. Vimos que o escoamento e a comercialização dos produtos artesanais é o maior problema com o qual se depara o artesão. Vimos também que os elementos comuns aos casos exitosos de arranjos produtivos não caminham de forma isolada. Os compromissos sociais, as estratégias de produção e de mercado e a articulação político-institucional, são quesitos que devem ser tabalhados de modo integrado. Vamos continuar debatendo e prescrutando as definições. Vamos nos capacitar. É nesse sentido que pretendemos, parodiando Santos (2004), caminhar: reclamando uma parte na organização do espaço e cavando possibilidades de entrar em concorrência com o circuito superior.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL FILHO, Jair. É negócio ser Pequeno, mas em Grupo. In: Desenvolvimento em Debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Org. de Ana Célia Castro, BNDES, 2002, Rio de Janeiro

BANCO DO BRASIL, Vitec- Vice-presidência de Tecnologia e Logística. Coleção Brasil em Arte: valores brasileiros: Contextualização do Trabalho Artesanal no Brasil. v.I

_____ Políticas Públicas para o Artesanato Brasileiro. v.II

_____ Instituto Brasil em Arte – Ibrarte: modelo indutor de parcerias. .III

_____ Modelos de Pólos de Produção Artesanal: Projeto Piloto. v IV

- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tr. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003.
- BRANDÃO, C. A. A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, Tese de Livre Docência, mimeo.
- CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo. Ática, 1989.
- FERNANDES, Ana C: Da Reestruturação Cooperativa à Competição entre Cidades: Lições Urbanas sobre os Ajustes de interesses Globais e Locais no Capitalismo Contemporâneo. In: Espaço e Debates n° 41, 2001.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: ed. Loyola, 1992.
- LIMA, Ana Luiza M de C. O Fenômeno da Economia Solidária: Reflexões em um Campo de Estudo Controverso. In: Integração. Fgvsp.br/ano 06/04.
- MANCE, Euclides A. Redes de Economia Solidária e Sustentabilidade. II Fórum Nacional Mundial. Porto Alegre. 2002. Disponível em www.milenio.com.br/mance/fsm3.htm.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia: Tratado Introdutório. Série: Os Economistas São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Versão para Discussão do Grupo Interministerial, 2004
_____Portaria Interministerial n° 200, de 02.08.2004
- MORGAN, Kevin. The Exaggerated death of Geography: learning, proximity and territorial innovation systems. In: Journal of Economic Geography, Social Issue on “Physical and Organisation Proximity in Territorial Innovation Systems”, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução: Maria Cecília França.. Editora Ática S.A, São Paulo.
- SABATO, Ernesto. Homens e Engrenagens: Reflexão sobre o dinheiro, a razão e a derrocada do nosso tempo. Tradução: Janer Cristaldo. Campinas, São Paulo: Papiros, 1993
- SANTOS, Gustavo A. G, DINIZ, Eduardo J & BARBOSA, Eduardo K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. Versão Preliminar. BNDS, 2004.
- SANTOS, Milton. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. Tradução Sandra Lencioni. 4. Ed. São Paulo: Hucitec
_____O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos; tradução Myrna T. Rego Viana. 2 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____Economia Espacial: Críticas e Alternativas. Trad: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

_____Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Ed. 10. Rio de Janeiro: Record, 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção: Reinventar a emancipação social: para novos manifestos,2).

SINGER, Paul e Souza, André Ricardo de (orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia).

SPOSITO, E.S. Teorias. In: Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP. p.171-193, 2004